



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## **Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR**

**PROJETO DE LEI N. 26/2024**

**PROPONENTE: DEPUTADA ESTADUAL JOANA DARC**

**RELATOR: DEPUTADO FELIPE SOUZA**

**CRIA Rota Turística dos Saberes Amazônicos.**

### **PARECER**

#### **I - RELATÓRIO**

No dia 06 de fevereiro de 2024, a eminente Deputada Estadual Joana Darc apresentou o Projeto de Lei nº. 26/2024, cria a Rota Turística dos Saberes Amazônicos.

A justificativa do referido projeto encontra-se anexa.

O presente projeto foi incluído em pauta, não tendo recebido emendas nesta fase de tramitação.

Seguindo o Processo Legislativo, os autos foram encaminhados a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto no Art. 27, inc. I alínea “a” c/c Art. 127, §1º, inc. III, do Regimento Interno.

Passo a emitir Parecer, na tentativa de criar juízo de valor, conclamando os nobres pares destas Comissões e ao douto Plenário deste Poder, para acompanhar o parecer deste relator.

É o breve relatório. Passo a opinar.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto de Lei n. 26/2024 cria rota turística dos saberes amazônicos. Consoante Justificação, a Integração do Amazonas no mapa turístico como um ambiente que ofereça aos





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

### **Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR**

turistas a oportunidade inigualável de mergulhar nas experiências culturais extraordinárias que Estado oferece, além de fortalecer o potencial turístico amazônico, com todas as consequências econômicas e sociais benéficas todo a região amazônica.

Procedendo, então, a devida análise de constitucionalidade e juridicidade, a presente propositura se encontra devidamente ancorada na competência legislativa atribuída aos parlamentares nos ditames da Constituição Federal e da Constituição amazonense.

Sobre o tema, vejamos o texto Constitucional:

**Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, **cultura**, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

Ademais, a propositura está respaldada na Constituição do Estado Amazonas em seu art. 18, XII, veja:

**Art. 18.** Compete ao Estado, respeitada as Normas Gerais estabelecidas em lei federal, legislar concorrentemente com a União sobre:

(...)

IX - educação, **cultura**, ensino e desporto;

Sendo assim, encontra-se totalmente ancorada na competência concorrente, inculpada na Carta Magna Federal e Estadual. Desta feita, como o Projeto de Lei em destaque está de acordo com as normas constitucionais e legais de competência, cumpre esta Comissão de Constituição e Justiça reconhecer à constitucionalidade do projeto de lei.

### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, considerando que o presente projeto atende aos requisitos formais exigidos pela ordem constitucional e legal, **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL** ao





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

**Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR**

prosseguimento do **Projeto de Lei Ordinária nº 26/2024**, de autoria da Deputada Estadual **Joana Darc**, conclamando aos nobres pares desta Comissão e ao Plenário desta Casa idêntico voto.

É o parecer.

Manaus, 4 de abril de 2024.

**DEPUTADO FELPE SOUZA**

**Relator**

**3º Vice Presidente**

